



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

**Inovação em Serviços**  
Continuamos firmes no propósito de adequarmos nossos serviços às melhores práticas de sustentabilidade. Em 2024 alcançamos 88% de clientes pessoa física que utilizaram os canais digitais, a biometria ou o aceite digital para formalizar as operações pelo App Bradesco Celular e *Internet Banking*. Esta iniciativa certamente trouxe o benefício real e direto para os clientes e para a Bradesco Capitalização. Na mesma linha, todos os clientes conseguem acessar extratos e consulta de títulos, assim como certificados, informes de rendimentos para imposto de renda, e informações referentes aos sorteios, como resultados e números da sorte. Sempre pensando em inovação e na experiência do cliente, em 2024 disponibilizamos mais serviços nos canais digitais, como a nova jornada do Max Prêmios Instantâneo, a consulta de sorteio no App Bradesco e a ampliação dos comunicados pelos Apps Bradesco e Bradesco Seguros, assim como pela *Internet Banking*, trazendo mais transparência, informação, agilidade, autosserviço e segurança.

**Portfólio de Produtos**  
Como diferencial em seus produtos em 2024, a Bradesco Capitalização continuou realizando promoções em parceria com a empresa Livelo, onde os clientes, que adquiriram o produto, ganharam pontos Livelo por cada real guardado. Foram, também, lançados novos produtos, destacando-se:

- Max Garantia: primeiro produto da modalidade instrumento de garantia, no qual o cliente pessoa jurídica utiliza-o para garantir operações de crédito, e ainda concorre a sorteios de até R\$ 200 mil;
- Max Prêmios Páscoa: produto sazonal que foi comercializado de 01/02/2024 até 28/03/2024 e sorteou 252 clientes, totalizando mais de R\$ 900 mil em prêmios;
- Super Pontos Max Férias: o cliente guarda a partir de R\$ 15 mil e concorre a mais de R\$ 400 mil em prêmios. Com o valor de resgate ou sorteio pode adquirir pontos Livelo com condições exclusivas;
- Novo Max Prêmios Instantâneo: pagamento único de R\$ 15,00 no qual o cliente, de forma gamificada pela jornada de sorteio instantâneo, sabe de imediato se ganhou o sorteio, além de continuar concorrendo ao sorteio especial no dia 15/03/2025, com mais de R\$ 2,5 milhões em prêmios;
- Max Prêmios 2000 e 3000: produtos com sorteios milionários de até R\$ 4,5 milhões e 21 sorteios mensais de até R\$ 300 mil, com pagamento único a partir de R\$ 2 mil, e vigência de 24 meses;
- Max Prêmios Natal e Max Prêmios da Virada: com apenas R\$ 100 ou R\$ 200, os clientes concorreram a mais de R\$ 1 milhão em prêmios, além dos sorteios mensais pela Loteria Federal; e
- Expresso da Sorte: produto a partir de R\$ 2,00 que viabiliza a estratégia inovadora de negócio para popularizar a Capitalização e abrir novos mercados. O cliente pode adquiri-lo por meio da rede Bradesco Expresso, e concorrer a mais de 75 mil prêmios instantâneos de até R\$ 50 mil, além de concorrer a prêmios mensais de até R\$ 50 mil.

**Desempenho das Operações de Capitalização**  
A Bradesco Capitalização fortaleceu sua participação no mercado no exercício de 2024, com share de 21,9% de faturamento no setor, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2024.

No exercício de 2024, a arrecadação atingiu o montante de R\$ 7.030 bilhões (R\$ 6.255 bilhões no exercício 2023). Este resultado tem ligação direta com a facilidade na aquisição dos produtos pelos clientes por meio do aceite digital nos Apps Bradesco Celular e Net Empresa, assim como pela *Internet Banking* e pelo Portal Net Empresa. As provisões técnicas atingiram R\$ 9,7 bilhões e foram sorteados R\$ 102 milhões em prêmios para 43.742 clientes no período.

Com isso, baseada em uma estratégia de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício de 2024 com 3,2 milhões de clientes e 8,6 milhões de títulos ativos da modalidade tradicional.

Continuamos com trabalhos em conjunto com a Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros visando promover a constante melhoria na qualidade do atendimento aos clientes, com foco nos processos, destacando-se: melhoria da experiência do cliente e pesquisa digital de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.

**Resultado do Exercício**  
A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2024, Lucro Líquido de R\$ 739,772 milhões (R\$ 732,405 milhões no exercício 2023), crescimento de 1,01%, representando uma rentabilidade de 73,27 % sobre o Patrimônio Líquido Médio.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**  
O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Capitalização, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de reservas existentes.

**Aplicações Financeiras**  
As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias: valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme normas contábeis em vigor.

**Investindo para o Futuro**  
Em seus quarenta anos de história, a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação no compromisso de proporcionar aos seus clientes, a oferta de produtos de Capitalização diversificados e que atendam suas expectativas e necessidades. Tudo isso, aliado ao importante papel de contribuir para o hábito de guardar dinheiro e ainda concorrer a prêmios.

Além disso, a Companhia tem trabalhado para fortalecer suas estratégias no mercado por meio do desenvolvimento de novos negócios e parceiros.

Em 2025 continuaremos concentrando esforços no desenvolvimento de plataformas sistêmicas, com o objetivo de reestruturar e desenvolver melhorias na comercialização e operacionalização dos produtos, com viés na desmaterialização, digitalização e integração com a arquitetura do Banco Bradesco.

Alcançar estes objetivos tem sido possível, em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, o que faz a Bradesco Capitalização ser uma das maiores e mais sólidas Companhias de Capitalização do Brasil.

**Controles Internos**  
A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controles de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*). O Grupo Bradesco

Seguros observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

**Compliance**  
O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de *Compliance* atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio para assegurar a aderência.

Os princípios de conduta, pautados pelas diretrizes apresentadas no Código de Conduta Ética da Organização e em nosso Código Setorial, orientam a conduta pessoal e profissional de nossos administradores, funcionários, terceiros e fornecedores de bens e serviços nas relações com os clientes e demais partes relacionadas. Para o tratamento das violações ao Código, contamos com canal de denúncia que recebe manifestações de desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. Também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, o acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acultamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência nas relações e com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

A Bradesco Capitalização S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independentes de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

**Gestão de Riscos**  
O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Unidade de Gestão de Riscos implantada, atuando de acordo com regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possuí comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultamento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Capitalização observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

**Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e à Fraude**  
O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, atuando no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de e-mails corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando todo sigilo.

Durante o exercício de 2024, foram realizadas 73.777 comunicações de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

**Privacidade e Segurança da Informação**  
Com o avanço, a expansão e a rapidez das soluções digitais, atuamos para que nossos ativos estejam protegidos e preparados e sejam capazes de resistir a ocorrências cibernéticas, como ataques, intrusões e vazamentos de dados. Para isso, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles, com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética para: i) identificação de ameaças e vulnerabilidades; ii) proteção contra-ataques; e iii) resposta e recuperação de incidentes, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Bradesco Capitalização aprimora continuamente sua governança com a adoção de medidas (preventivas e/ou corretivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade dos clientes, funcionários, colaboradores e dos ativos de informação. Essas ações estão sempre apoiadas nos direcionamentos do encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e acultamento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança, bem como revisamos, no mínimo anualmente, normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento às solicitações de titulares de dados pessoais, dentre outras atribuições.

**Tecnologia da Informação**  
Os esforços dos núcleos de Tecnologia da Informação da Bradesco Capitalização, alinhados ao direcionamento estratégico, no exercício de 2024, concentraram-se em projetos, de forma a ganhar mais eficiência, maximizar a segurança e melhorar a experiência do usuário e a satisfação dos clientes, destacando-se:

- Projetos de lançamentos de novos produtos de capitalização inovadores na rede de agências Bradesco, que permitiram um crescimento significativo das vendas; e
- Os investimentos em tecnologia também habilitaram produtos e serviços para parceiros de negócios, com destaque para o início bem-sucedido da operação de vendas piloto nos correspondentes bancários (Bradesco Expresso) e a preparação e atualização dos sistemas focados nos corretores de mercado, iniciando-se uma nova operação externa.

**Premiações**  
No exercício de 2024, a Bradesco Capitalização recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Prêmio Estádios Empresas Mais – Seguros Financeiros Capitalização;
- Prêmio Finanças Mais do Estádios – categoria Capitalização; e
- Prêmio Segurador Brasil - Inovação em Produtos – Capitalização.

**Agradecimentos**  
Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.  
**Conselho de Administração e Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)**

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.321.792</b>	<b>4.152.841</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>10.080.039</b>	<b>9.543.390</b>
Disponível		12.085	24.406	Contas a pagar		370.500	341.786
Caixa e bancos		12.085	24.406	Obrigações a pagar	11	69.875	30.763
Aplicações	4	6.261.948	4.054.243	Impostos e encargos sociais a recolher		2.279	2.499
Crédito das operações de capitalização	5	21.423	19.972	Encargos trabalhistas		1.585	1.293
Outros créditos operacionais		2.233	143	Impostos e contribuições	12	296.761	307.241
Outros créditos operacionais		2.233	143	Débitos de operações com capitalização		648	673
Títulos e créditos a receber		23.418	53.982	Débitos operacionais		648	673
Créditos tributários e previdenciários	7.a	23.320	53.922	Depósitos de terceiros	13	1.051	99
Outros créditos		98	60	Outros débitos		252	547
Despesas antecipadas		685	95	Passivo de arrendamento	15.b	252	547
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.393.102</b>	<b>6.311.216</b>	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	14	<b>9.707.588</b>	<b>9.200.285</b>
Realizável a longo prazo		4.280.054	6.227.152	Provisão para resgates		9.574.238	9.074.210
Aplicações	4	4.023.815	6.054.818	Provisão para sorteios		56.877	57.279
Títulos e créditos a receber		256.030	171.631	Provisão para receita diferida		76.473	-
Créditos tributários e previdenciários	7.a	220.198	132.630	Provisão administrativa		-	68.796
Depósitos judiciais e fiscais	15.vi	35.816	38.989	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>21.867</b>	<b>28.777</b>
Outros créditos operacionais		16	12	Contas a pagar		243	233
Outros valores e bens	8	209	703	Outras contas a pagar		243	233
Imobilizado	9	178	405	Outros débitos		21.624	28.544
Bens móveis		113	211	Provisões judiciais	15.v	21.624	28.284
Outras imobilizações		65	194	Passivo de arrendamento	15.b	-	260
Intangível	10	112.870	83.659	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>612.988</b>	<b>891.890</b>
Outros intangíveis		112.870	83.659	Capital social		712.276	682.276
<b>Total do ativo</b>		<b>10.714.894</b>	<b>10.464.057</b>	Reservas de lucros		170.545	346.122
				Ajustes de avaliação patrimonial		(269.833)	(136.508)
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>10.714.894</b>	<b>10.464.057</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)**

	Nota	2024	2023
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>7.024.313</b>	<b>6.263.301</b>
Contribuição com títulos de capitalização		7.029.802	6.255.319
Contribuição - quotas de capitalização e sorteio		6.147.431	6.255.319
Contribuição - quotas de carregamento		882.371	-
<b>Variação da provisão para receita diferida</b>		<b>(5.489)</b>	<b>7.982</b>
Variáveis da provisão para resgate		(6.077.980)	(5.344.205)
Variável das provisões de sorteios		(102.409)	(89.923)
<b>Custos de aquisição</b>	20.a	<b>(30.981)</b>	<b>(24.404)</b>
Outras receitas e despesas operacionais	20.b	281.262	228.277
Outras receitas operacionais		291.425	242.001
Outras despesas operacionais		(10.163)	(13.724)
<b>Despesas administrativas</b>	20.c	<b>(151.802)</b>	<b>(154.059)</b>
Pessoal próprio		(62.565)	(51.784)
Serviços de terceiros		(29.923)	(28.368)
Localização e funcionamento		(41.805)	(53.878)
Publicidade e propaganda		(8.737)	(7.940)
Publicações		(98)	(178)
Donativos e contribuições		(7.743)	(9.940)
Despesas administrativas diversas		(931)	(1.971)
<b>Despesas com tributos</b>	20.d	<b>(56.047)</b>	<b>(52.310)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	20.e	<b>293.353</b>	<b>321.234</b>
Receitas financeiras		1.015.238	1.123.374
Despesas financeiras		(721.885)	(802.140)
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.179.709</b>	<b>1.147.911</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(241)	(84)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.179.468</b>	<b>1.147.827</b>
Imposto de renda	20.f	(271.483)	(255.400)
Contribuição social	20.f	(167.284)	(158.629)
Participações sobre o resultado		(929)	(1.393)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>739.772</b>	<b>732.405</b>
Quantidade de ações		450.659	450.659
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		<b>1.641,53</b>	<b>1.625,19</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)**

	2024	2023
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>1.179.468</b>	<b>1.147.827</b>
<b>Ajustes para:</b>		
- Depreciações e amortizações	8.303	18.729
- Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	148	333
- Despesas antecipadas	(590)	(77)
- Variação das provisões técnicas	(290.671)	(239.626)
- Provisão para riscos sobre créditos	(12)	26
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado e intangível	-	23
- Variações monetárias	647.898	711.980
<b>Lucro ajustado do exercício</b>	<b>1.544.544</b>	<b>1.639.215</b>
<b>Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):</b>		
- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(757.146)	45.406
- Créditos das operações de capitalização	(1.451)	5.641
- Outros créditos operacionais	(2.090)	902
- Títulos e créditos a receber	41.623	157.560
- Contas a pagar	225	(158.635)
- Débitos das operações de capitalização	(25)	470
- Depósitos de terceiros	952	(312)
- Provisões técnicas - capitalização	144.175	(412.811)
- Outros débitos	(8.585)	(2.321)
<b>Caixa consumido pelas operações:</b>	<b>(582.322)</b>	<b>(364.100)</b>
- Imposto de renda sobre o lucro pago	(279.916)	(244.720)
- Contribuição social sobre o lucro pago	(171.142)	(152.699)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>511.164</b>	<b>877.696</b>
<b>Atividades de Investimento</b>		
- Aquisição de títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(276.091)	(312.564)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	634.327	476.303
- Alienação de imobilizado	-	(356)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(36.966)	(35.405)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>321.270</b>	<b>127.978</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
- Dividendos e juros sobre capital próprio pago	(844.174)	(980.668)
- Pagamento de arrendamento	(581)	(600)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(844.755)</b>	<b>(981.268)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(12.321)</b>	<b>24.406</b>
- Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	24.406	-
- Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	12.085	24.406
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(12.321)</b>	<b>24.406</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>667.276</b>	-	<b>142.658</b>	<b>477.766</b>			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-900. A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2025.

**2. Principais políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

**a. Base de preparação**

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**b. Base para avaliação, de apresentação e moda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 – Aplicações e 15 – Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

**d. Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b). Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais.

**e. Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias: (a) mensurados ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

**(i) Modelo de negócio**

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração, para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii), deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao Valor Justo por meio do resultado - VJR.

**(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI**

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros, para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

**(iii) Disponível (Caixa e equivalentes de Caixa)**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros, que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis. Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

**(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

**a. Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. O recebível da Companhia compreende os valores registrados na rubrica "Crédito das operações de capitalização", que é contabilizado pelo custo amortizado, decrescido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**(vi) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

**(vii) Determinação do valor justo**

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

**Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**Operações compromissadas**

Para a marcação a mercado das operações compromissadas prefixadas com lastro em títulos públicos e prazo superior a um dia útil utiliza-se ETTJ, na qual é adotada a taxa *Selic* divulgada diariamente até a data da próxima reunião do Copom e para os prazos posteriores à reunião são adotadas as taxas *Swap* DI vs Pré, divulgadas pela B3.

**Títulos Públicos**

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**Títulos privados - Certificado de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras**

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Recebíveis Imobiliários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

**Fundos Imobiliários**

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa Balcão (B3).

**Debêntures**

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP). O risco de crédito do emissor é considerado no cálculo da precificação do ativo.

**(viii) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

A Companhia avalia, através de estudo, perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada. Avaliamos o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera reaver, descontados pela taxa efetiva de juros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. O Grupo pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório. Com relação aos Títulos Públicos, a Companhia desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente, para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade, ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada, quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado do exercício.

**f. Outros valores e bens**

**Ativos de direito de uso**

Para as operações de arrendamento mercantil a Companhia avalia a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de renovação do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

**g. Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável e perdas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

**h. Intangível**

**Softwares** adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 10% a 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios

econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

**i. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

**j. Provisões técnicas**

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A Provisão para Resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cada título ativo e deverá ser calculada para os sorteios custeados e não ocorridos, de acordo com os parâmetros do plano. A metodologia de cálculo consiste na apuração do valor presente esperado dos sorteios futuros descontado o valor presente esperado das parcelas futuras de cota de sorteo;

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteo e a efetiva liquidação;

A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar;

A Provisão de Receita Diferida (PRD) é constituída para cada título ativo sendo calculada através dos percentuais das cotas de carregamento e aplicada sobre as arrecadações recebidas, ao longo do prazo a decorrer durante o prazo previsto nas condições gerais dos planos.

**k. Taxa de carregamento dos principais produtos**

Processo SUSEP	Carregamento	
	Tipo (*)	2024/2023
15414.632241/2022-41	PU	13,35%
15414.901273/2019-05	PU	12,43%
15414.613373/2023-55	PU	12,40%
15414.900860/2019-79	PU	8,46%
15414.901272/2019-52	PU	8,46%
15414.901735/2018-03	PM	22,30%
15414.901354/2019-05	PM	12,81%
15414.607678/2021-66	PM	10,82%
15414.651888/2021-91	PM	10,47%
15414.901353/2019-52	PM	9,36%

(\*) Refere-se a periodicidade de pagamentos sendo PU – Pagamento Único e PM – Pagamento mensal.

**l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

**(i) Ativos contingentes**

Não são reconhecidas e serão registrados contabilizando quando houver garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**(ii) Passivos contingentes**

São constituídas contabilizando sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos tribunais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

**(iii) Obrigações legais**

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, a Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**m. Benefícios a empregados**

**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**(ii) Obrigações por aposentadorias Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.

Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

**(iii) Outras obrigações pós-emprego**

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30, 60 ou 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

**(iv) Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes).

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**o. Resultado**

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos na venda de títulos previamente reconhecidos em valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

**p. Normas, alterações e interpretações de normas**

**I. Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024**

**Circular SUSEP nº 678**

A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. Dentre as alterações trazidas na norma, temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Capitalização e aprovação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A aplicação da norma não gerou impactos relevantes.

Em virtude da reformulação das Demonstrações de Resultados, apresentamos a "Provisão Administrativa" referente ao período de 2023 na linha de "Variação da Provisão para Receita Diferida".

**II. Normas aplicáveis em períodos futuros**

Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis ao mercado de Seguros mas não efetivas, pois não entraram em vigor, ou não foram referendadas pela SUSEP como segue:

**Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo ISSB IFRS S1 E S2 - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23**

As novas NBC's facultam a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

**CPC 26 - IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis - Demonstração de Resultado**

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.

**Lei 15040/2024 - Lei do Contrato de Seguros**

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os impactos da Lei estão sendo avaliados pela Administração.

**Lei Complementar nº 214/2025**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.



Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

**b. Risco de subscrição**

O risco de subscrição advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

**Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização**

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas.

**Gerenciamento dos riscos dos Títulos de Capitalização**

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolve mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de super com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Em linhas gerais, o risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas e o risco de persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

**Gerenciamento do Risco de Crédito**

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

	2024				
	AAA (*)	AA	BBB	BB	Sem rating
<b>Ativos financeiros - Rating</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>3.944.660</b>	<b>18.706</b>	<b>253</b>	<b>84.951</b>	<b>-</b>
Título de renda fixa público	3.749.598	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	195.062	18.706	253	84.951	-
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>6.235.741</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.452</b>
Título de renda fixa público	6.235.741	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	-	-	-	-	1.452
<b>Total</b>	<b>10.180.401</b>	<b>18.706</b>	<b>253</b>	<b>84.951</b>	<b>1.452</b>

	2023				
	AAA(*)	AA	BB	Sem rating	Total
<b>Ativos financeiros - Rating</b>					
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>3.160.675</b>	<b>4.282</b>	<b>112.222</b>	<b>14.245</b>	<b>3.291.424</b>
Título de renda fixa público	3.071.424	-	-	-	3.071.424
Título de renda fixa privado	89.251	4.282	112.222	14.245	220.000
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>6.815.508</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.129</b>	<b>6.817.637</b>
Título de renda fixa público	6.466.109	-	-	-	6.466.109
Título de renda fixa privado	349.399	-	-	2.129	351.528
<b>Total</b>	<b>9.976.183</b>	<b>4.282</b>	<b>112.222</b>	<b>16.374</b>	<b>10.109.061</b>

(\*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**d. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade de inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobertura de altas estimas de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (I)	Fluxo de Passivos (II)
A vista ou sem vencimento definido	12.227	9.820
Fluxo de 0 a 3 meses	6.438.401	2.692.282
Fluxo de 3 a 12 meses	151.924	4.600.422
Fluxo de 12 a 60 meses	4.219.079	3.318.096
Fluxo acima de 60 meses	596.196	2
	<b>11.417.827</b>	<b>10.620.622</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

**Gerenciamento do Risco de Liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**e. Risco de mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

**Gerenciamento do risco de mercado**

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado no mínimo, anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

**Definição de Limites**

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturadas provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. O principal risco monitorado é o risco de taxa de juros.

**Modelos de Mensuração do Risco de Mercado**

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

**Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)**

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (*Asset Liability Management*). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

**Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado**

	Cenário 31/12/2024	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
<b>Fator de risco</b>		
Índice Bovespa em pontos	120.283	
Taxa de câmbio R\$/US\$	R\$6,19	
Taxa Prefixada de 1 ano	15,44%	
Cupom de IPCA de 1 ano	7,45%	
Cupom de IGP-M de 1 ano	6,83%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

	Exercício	Taxa de juros	Índices de preços	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2024		1,093	(788)	305	(924)

Definição: Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros. Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços.

\* Os impactos decorrentes de oscilações em Moedas Estrangeiras não são considerados em função da imaterialidade das exposições.

**f. Risco operacional**

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

**Gerenciamento do risco operacional**

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;

- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e;
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

**Procedimentos de Controle e Monitoramento contínuo**

- Identificar, junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

**g. Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

**4. Aplicações**

**a. Resumo da classificação das aplicações**

	2024	%	2023	%
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.048.570</b>	<b>39,36</b>	<b>3.291.424</b>	<b>32,56</b>
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	4.048.570	39,36	3.291.424	32,56
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>6.237.193</b>	<b>60,64</b>	<b>6.817.637</b>	<b>67,44</b>
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	5.003.270	48,64	4.970.644	49,17
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	1.232.471	11,98	1.495.465	14,79
Títulos de renda fixa - Letras financeiras de emissores privados	-	-	349.399	3,46
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários	1.452	0,02	2.129	0,02
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>10.285.763</b>	<b>100,00</b>	<b>10.109.061</b>	<b>100,00</b>

**b. Composição das aplicações por prazo e por título**

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2024						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>231.143</b>	<b>77.311</b>	<b>1.683.032</b>	<b>2.057.084</b>	<b>4.048.570</b>	<b>4.060.241</b>	<b>(11.671)</b>
Letras financeiras do tesouro	-	76.632	1.676.098	1.949.371	3.702.101	3.700.871	1.230
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	168.221	-	-	-	168.221	168.221	-
Debêntures	-	-	253	56.474	56.727	68.329	(9.602)
Letras financeiras de emissores privados	47.958	679	6.681	-	55.318	55.250	68
Notas do tesouro nacional	-	-	-	47.497	47.497	49.669	(2.172)
Cotas de fundos de investimento	14.964	-	-	-	14.964	14.964	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	3.742	3.742	4.937	(1.195)
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>2.213.378</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.023.815</b>	<b>6.237.193</b>	<b>6.686.916</b>	<b>(449.723)</b>
Notas do tesouro nacional	1.004.457	-	-	3.998.813	5.003.270	5.456.071	(452.801)
Letras do tesouro nacional	1.207.469	-	-	25.002	1.232.471	1.234.003	(1.532)
Fundos de investimentos imobiliários	1.452	-	-	-	1.452	(3.158)	4.610
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>2.444.521</b>	<b>77.311</b>	<b>1.683.032</b>	<b>6.080.899</b>	<b>10.285.763</b>	<b>10.747.157</b>	<b>(461.394)</b>

	2023						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado</b>	<b>82.472</b>	<b>35.574</b>	<b>996.542</b>	<b>2.176.836</b>	<b>3.291.424</b>	<b>3.297.132</b>	<b>(5.708)</b>
Letras financeiras do tesouro	-	27.228	993.937	2.033.848	3.055.013	3.053.543	1.470
Debêntures	-	3.983	1.490	72.908	78.381	84.511	(6.130)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	-	-
- operação compromissada/outros (*)	68.227	-	-	-	68.227	68.227	-
Letras financeiras de emissores privados	-	913	1.115	49.388	51.416	52.247	(831)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	16.410	16.410	16.187	223
Cotas de fundos de investimento	14.245	-	-	-	14.245	14.245	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	3.450	-	4.282	7.732	8.172	(440)
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>	<b>307.165</b>	<b>349.399</b>	<b>106.255</b>	<b>6.054.818</b>	<b>6.817.637</b>	<b>7.045.152</b>	<b>(227.515)</b>
Notas do tesouro nacional	-	-	15.019	4.955.625	4.970.644	5.196.725	(226.081)
Letras do tesouro nacional	305.036	-	91.236	1.099.193	1.495.465	1.501.628	(6.163)
Letras financeiras de emissores privados	-	349.399	-	-	349.399	349.383	16
Fundos de investimentos imobiliários	2.129	-	-	-	2.129	(2.284)	4.713
<b>Total das aplicações financeiras</b>	<b>389.637</b>	<b>384.973</b>	<b>1.102.797</b>	<b>8.231.654</b>	<b>10.109.061</b>	<b>10.342.884</b>	<b>(233.223)</b>

(\*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

**c. Cobertura das provisões técnicas**

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:



**b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**  
*(i) Créditos tributários diferidos*

	Saldo em 01/01/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>				
Provisões para contingências fiscais	34.023	761	(2.950)	31.834
Provisões para contingências cíveis	210	189	(142)	257
Provisões para contingências trabalhistas	1.029	187	-	1.216
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.591	-	-	12.591
Outros	2.404	63	(502)	1.965
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>50.257</b>	<b>1.200</b>	<b>(3.594)</b>	<b>47.863</b>
Ajuste a valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	91.005	117.002	(28.119)	179.888
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>141.262</b>	<b>118.202</b>	<b>(31.713)</b>	<b>227.751</b>

	Saldo em 01/01/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>				
Provisões para contingências fiscais	33.601	872	(450)	34.023
Provisões para contingências cíveis	339	78	(207)	210
Provisões para contingências trabalhistas	1.013	122	(106)	1.029
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.602	-	(11)	12.591
Outros	997	1.407	-	2.404
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>48.552</b>	<b>2.479</b>	<b>(774)</b>	<b>50.257</b>
Ajuste a valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	259.259	35.533	(203.787)	91.005
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>307.811</b>	<b>38.012</b>	<b>(204.561)</b>	<b>141.262</b>

*(ii) Obrigações fiscais diferidas*

	Saldo em 01/01/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	8.632	916	(1.995)	7.553
<b>Total</b>	<b>8.632</b>	<b>916</b>	<b>(1.995)</b>	<b>7.553</b>

	Saldo em 01/01/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	9.848	410	(1.626)	8.632
<b>Total</b>	<b>9.848</b>	<b>410</b>	<b>(1.626)</b>	<b>8.632</b>

**c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2025	1.707	1.021	2.728
2026	613	364	977
2027	560	332	892
2028	545	323	868
2029	8.127	290	8.417
2030 a 2032	1.427	846	2.273
2033	17.050	14.658	31.708
<b>Total</b>	<b>30.029</b>	<b>17.834</b>	<b>47.863</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

**8. Outros valores e bens**  
**Ativo de direito de uso**

	Saldo em 01/01/2024	Entradas/(Baixas)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	703	(25)	(469)	209
<b>Total</b>	<b>703</b>	<b>(25)</b>	<b>(469)</b>	<b>209</b>

	Saldo em 01/01/2023	Entradas/(Baixas)	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	1.124	66	(487)	703
<b>Total</b>	<b>1.124</b>	<b>66</b>	<b>(487)</b>	<b>703</b>

**9. Imobilizado**

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Bens móveis	211	-	(98)	113
Outras imobilizações	194	-	(129)	65
<b>Total</b>	<b>405</b>	<b>-</b>	<b>(227)</b>	<b>178</b>

	Saldo em 01/01/2023	Aquisição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Bens móveis	349	23	(161)	211
Outras imobilizações	323	-	(129)	194
<b>Total</b>	<b>672</b>	<b>23</b>	<b>(290)</b>	<b>405</b>

**10. Intangível**

	Saldo em 01/01/2024	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Sistema de computação	83.659	36.818	(7.607)	112.870
<b>Total</b>	<b>83.659</b>	<b>36.818</b>	<b>(7.607)</b>	<b>112.870</b>

	Saldo em 01/01/2023	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Sistema de computação	66.229	35.382	(17.952)	83.659
<b>Total</b>	<b>66.229</b>	<b>35.382</b>	<b>(17.952)</b>	<b>83.659</b>

**11. Obrigações a pagar**

	2024	2023
Partes Relacionadas	59.814	19.954
Dividendos a pagar	50.901	11.039
Outras contas a pagar (*)	8.913	8.915
Fornecedores	2.798	4.951
Participação nos lucros a pagar	1.434	1.463
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	4.496	2.284
Outras obrigações	1.333	2.101
<b>Total</b>	<b>69.875</b>	<b>30.753</b>

**12. Impostos e contribuições**

	2024	2023
Imposto de renda	171.406	178.394
Contribuição social	121.468	124.363
COFINS	3.344	3.857
PIS	543	627
<b>Total</b>	<b>296.761</b>	<b>307.241</b>

**13. Depósito de terceiros**

	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Total	2024
Valores a reclassificar – Capitalização	704	347	-	1.051	
<b>Total</b>	<b>704</b>	<b>347</b>	<b>-</b>	<b>1.051</b>	<b>2024</b>

	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Total	2023
Valores a reclassificar – Capitalização	45	41	13	99	
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>41</b>	<b>13</b>	<b>99</b>	<b>2023</b>

**14. Provisões técnicas**  
**a. Composição**

	2024	2023
Provisão matemática para capitalização	8.122.471	7.639.353
Provisão para resgates	1.451.767	1.434.856
Provisão para sorteios a realizar	33.596	33.421
Provisão para sorteios a pagar	23.281	23.859
Provisão para receita diferida	76.473	-
Provisão para despesas administrativas	-	68.796
<b>Total</b>	<b>9.707.588</b>	<b>9.200.285</b>

**b. Movimentação das provisões técnicas**

	2024	2023
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>9.200.285</b>	<b>9.134.100</b>
(+) Constituições (resgates e sorteios)	6.185.859	5.426.145
(-) Resgates/sorteios pagos	(6.041.684)	(5.838.956)
(-) Baixa de títulos prescritos	(237.296)	(186.531)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(53.375)	(53.095)
(+) Atualização monetária e juros	651.612	718.622
(+) Adoção inicial da circular 678 (PL)	2.187	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>9.707.588</b>	<b>9.200.285</b>

**15. Outros Débitos**  
**a. Provisões judiciais**

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

*(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias*  
A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais discussões referem-se à:  
• Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$11.175 (R\$10.831 em 31 de dezembro de 2023), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.  
• Questão-se a Lei nº 8.200 (Imposto de Renda) com discussão da limitação de correção monetária de balanço trazida pela Lei nº 8.200. Valor provisionado no montante de R\$6.623 (R\$6.334 em 31 de dezembro de 2023) e depósito judicial no valor de R\$6.623 (R\$6.334 em 31 de dezembro de 2023), classificado como perda provável.

*(ii) Processos trabalhistas*  
Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". As horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes. A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

*(iii) Passivos contingentes*  
Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$8.514 (R\$8.376 em 31 de dezembro de 2023), para os processos cíveis e R\$235.483 (R\$223.933 em 31 de dezembro de 2023), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS da Kirtan Capitalização, incorporada em maio de 2018, no montante de R\$228.132 (R\$215.673 em 31 de dezembro de 2023). Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão incluiu origens a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e têm curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

*(iv) Processos cíveis*  
Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devoluções, alcance de coberturas dos títulos e valores de sorteios/indenizações. As provisões de contingências cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas da taxa legal de juros. Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

*(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas*

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>25.109</b>	<b>2.573</b>	<b>524</b>	<b>78</b>	<b>28.284</b>
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias	1.241	468	470	9	2.188
Pagamentos	(8.494)	-	(354)	-	(8.848)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.856</b>	<b>3.041</b>	<b>640</b>	<b>87</b>	<b>21.624</b>

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>24.994</b>	<b>2.533</b>	<b>847</b>	<b>49</b>	<b>28.423</b>
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias	115	305	194	29	643
Pagamentos	-	(265)	(517)	-	(782)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>25.109</b>	<b>2.573</b>	<b>524</b>	<b>78</b>	<b>28.284</b>

*(vi) Depósitos judiciais e fiscais*

	2024	2023
IRPJ e CSLL	27.037	32.939
Cíveis e trabalhistas	6.350	3.684
FINSOCIAL/PIS	2.365	2.302
Outros	64	64
<b>Total</b>	<b>35.816</b>	<b>38.989</b>

**b. Passivos de arrendamento**

	Imóveis	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>807</b>	<b>807</b>
Remensuração e novos contratos	(25)	(25)
Pagamentos	(581)	(581)
Apropriação de encargos financeiros	51	51
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>252</b>	<b>252</b>

	Imóveis	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>1.238</b>	<b>1.238</b>
Remensuração e novos contratos	67	67
Pagamentos	(600)	(600)
Apropriação de encargos financeiros	102	102
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>807</b>	<b>807</b>

*(i) Aging dos Passivos de arrendamento*

	Imóveis	Total	Imóveis	Total
Até um ano	252	252	547	547
Entre um e cinco anos	-	-	260	260
<b>Total</b>	<b>252</b>	<b>252</b>	<b>807</b>	<b>807</b>

**16. Patrimônio líquido**  
**a. Capital social e dividendos**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 2024 e 2023 são representados por 450.659 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos antecipados a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>739.772</b>	<b>732.405</b>
Constituição da reserva legal	(8.177)	(36.620)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>731.595</b>	<b>695.785</b>
Dividendos pagos e propostos no exercício	654.036	513.941
Juros sobre capital próprio pagos líquido dos impostos retidos	42.500	68.000
<b>Total dos dividendos</b>	<b>696.536</b>	<b>581.941</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>95,21%</b>	<b>83,64%</b>

**b. Atos Societários**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas cumulativamente em 28 de março de 2024, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$30.000, mediante a capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal". Este ato societário foi aprovado pela portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.112, de 26 de julho de 2024.

Durante o exercício de 2024, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, a destinação de dividendos extraordinários, no montante de R\$334.036, sendo R\$654.036, por conta do resultado do exercício e R\$180.000, mediante utilização de parte da conta "Reservas de lucros – Estatutárias".

Em 27 de dezembro de 2024, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$50.000.

**c. Reserva legal**

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social

**d. Reserva estatutária**

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após constituição de reserva legal e outras deduções legais, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

**17. Gestão de capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital**

A Resolução CNSP nº 448/22, estabelece que as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no patrimônio líquido contábil ou no patrimônio social contábil, considerando os ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos. O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR). O CR é apurado com base na soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>612.988</b>	<b>612.988</b>
<b>Ajustes contábeis:</b>	<b>(307.401)</b>	<b>(307.401)</b>
(-) Despesas antecipadas	(685)	(685)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15 % do CMR	(193.846)	(193.846)
(-) Ativos intangíveis	(112.870)	(112.870)
<b>Ajustes associados à variação dos valores econômicos:</b>	<b>28.275</b>	<b>28.275</b>
(+) Superávit entre prov		



**c. Despesas administrativas**

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio	(62.565)	(51.784)
Ordenados	(31.109)	(23.486)
INSS/FGTS	(12.088)	(9.599)
Planos de previdência privada (nota 18)	(6.041)	(6.868)
Honorários da Administração	(5.628)	(5.873)
Outras	(7.699)	(5.958)
Despesas com serviços de terceiros	(29.923)	(28.368)
Despesas com localização e funcionamento	(41.805)	(53.878)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(8.737)	(7.940)
Publicações	(98)	(178)
Despesas com donativos e contribuições	(7.743)	(9.940)
Despesas administrativas diversas	(931)	(1.971)
<b>Total</b>	<b>(151.802)</b>	<b>(154.059)</b>

**d. Despesas com tributos**

	2024	2023
Despesas com COFINS	(45.301)	(42.771)
Despesas com PIS	(7.361)	(6.950)
Despesas com taxa de fiscalização	(2.599)	(2.249)
Impostos federais/estaduais/municipais	(786)	(340)
<b>Total</b>	<b>(56.047)</b>	<b>(52.310)</b>

**e. Resultado financeiro**

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa	1.009.545	1.114.440
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	2.907	1.672
Atualização monetária de créditos tributários	2.783	7.255
Outras receitas financeiras	3	7
<b>Subtotal</b>	<b>1.015.238</b>	<b>1.123.374</b>

**Despesas financeiras**

Atualização monetária das provisões técnicas	(651.612)	(718.622)
Despesas com títulos de renda fixa	(58.321)	(74.589)
Atualização monetária de provisões judiciais	(1.925)	(2.182)
Tributação sobre operações financeiras	(75)	(5.210)
Outras despesas financeiras	(9.952)	(1.537)
<b>Subtotal</b>	<b>(721.885)</b>	<b>(802.140)</b>
<b>Total</b>	<b>293.353</b>	<b>321.234</b>

**f. Despesas de imposto de renda e contribuição social**

	2024	2023
<b>Impostos diferidos</b>		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias	(1.314)	2.920
<b>Subtotal</b>	<b>(1.314)</b>	<b>2.920</b>
Imposto de renda e contribuição social devidos	(437.453)	(416.949)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(438.767)</b>	<b>(414.029)</b>

**21. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	2024	2023
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>1.179.468</b>	<b>1.147.827</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(471.787)	(459.131)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Juros sobre capital próprio	20.000	32.000
Participações no resultado	(372)	(557)
Contribuição entidade de classe	(193)	(141)
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	(2)	2.607
Doações, patrocínios e brindes	(3.402)	(4.085)
Outros Valores	16.989	15.278
<b>Total tributos</b>	<b>(438.767)</b>	<b>(414.029)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>37,20%</b>	<b>36,07%</b>

**DIRETORIA**

Américo Pinto Gomes	Diretor Gerente
Alexandre Nogueira da Silva	Diretor
Antonio Alexandre Arias	Diretor
Estevão Augusto Oller Scarpilli	Diretor
Valdirene Soares Secato	Diretora
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Luiz Carlos Trabuco Cappi	Presidente
Samuel Monteiro dos Santos Junior	Vice-Presidente
Ivan Luiz Gontijo Junior	Membro
Otávio de Lazari Junior	Membro
Alexandre da Silva Glüher	Membro
Maurício Machado de Minas	Membro
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Membro
Rogério Pedro Câmara	Membro

**Bernardo Ferreira Castello**  
Atuário - MIBA nº 1717

**Alberto Barcellos Miranda**  
Contador - CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Ilmos. Srs.  
Membros do Conselho de Administração da Bradesco Capitalização  
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.  
De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradesco Capitalização e em atendimento a Resolução SUSEP 432 - Artigo 13, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidencição das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidencição das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidencição das deficiências detectadas.

**Atividades do Comitê**  
O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, como nas avaliações das informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e, nas suas próprias análises decorrentes de observação direta para a empresa em questão.

No decorrer do ano de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, que incluiu 52 reuniões com a Alta Administração e os principais gestores para: (i) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos efetuados pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de conformidade; (ii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; (iii) avaliação das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras (qualidade e integridade).

O Comitê manteve reuniões regulares com os membros da Diretoria Executiva da empresa tendo tido a oportunidade de recomendar aprimoramentos no processo de avaliação do Grupo de Trabalho para Combate e Prevenção de Fraudes. Foi sugerida a criação de indicadores e processos visando manter o Conselho de Administração informado das ações realizadas, mitigando assim o risco de fraude e abusos na utilização do sistema de sinistros. Outros membros da diretoria do Grupo Segurador foram envolvidos nesse processo, tendo tido o Comitê a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de *compliance* e procedimentos de gestão de riscos.

Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD apresentou a Avaliação dos Controles Internos, implicando em alterações em determinados processos da empresa, incluindo a continuidade da estruturação de uma central de Combate a Fraudes para atender e ter condições de apoiar a Seguradora, com melhorias em sua Governança e, ainda, evitando a utilização indevida do seguro.

Nessas reuniões, além de registrarmos nossas considerações relativas à área de Controle Internos, conforme regras estabelecidas, fizemos recomendações no âmbito operacional para as empresas do Grupo, destacando: (a) à Auditoria Externa que continuassem a desafiar os modelos e premissas para constituição das provisões técnicas; (b) à área de Gestão de Riscos o acompanhamento das questões de Risco Cibernético, com a mensuração do nível do risco cibernético com a estruturação de uma área específica para tratamento deste item e criação de indicadores de riscos para esse assunto, e, (c) à área de Gestão de Riscos a finalização para utilização do *rating* do Cliente do Banco para melhorar a régua de análise na questão do PLDF, e, (d) também, quando das

certificações das provisões técnicas, em havendo desvios, a imediata comunicação, conforme governança estabelecida. Recomendamos, ainda, o acompanhamento, por parte da Auditoria Externa KPMG dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2024, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Interna do Conglomerado, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos. Os apontamentos efetuados, disponibilizados ao COAUD, findaram o ano de 2024, com as ações compromissadas implementadas para correção dos apontamentos e sua finalização no início de 2025.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações Financeiras/Contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações Financeiras/Contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes, nem ressalvas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações Financeiras/Contábeis e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações Financeiras/Contábeis, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano de 2024, findo em 31 de dezembro de 2024 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025

Mauricio Machado de Minas	-	Coordenador
Roberto Westenberger	-	Membro
Paulo Pereira Ferreira	-	Membro
Paulo Sérgio Rodrigues	-	Membro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração e Diretores da Bradesco Capitalização S.A.  
Barueri - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principal assunto de auditoria**

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

**Mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização**

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2(j) e 14 às demonstrações contábeis, a Companhia registrou provisões técnicas relacionadas a contratos de títulos de capitalização no montante de R\$ 9.707.588 mil.

A provisão técnica para resgates de títulos de capitalização é mensurada utilizando metodologia que considera as características definidas nas condições gerais de cada produto, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.

Devido à importância da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização para o entendimento das demonstrações contábeis por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 90% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**

Abaixo, informamos os principais procedimentos realizados para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria:

Testamos, com o suporte de especialistas em tecnologia da informação, o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização. Isto incluiu controles relativos à parametrização do sistema operacional para realização do cálculo da provisão, desde o momento da sua constituição, incluindo o cálculo dos juros e atualização monetária; ao processamento automático dos pagamentos de resgates pelo sistema financeiro; e à integridade e exatidão das informações transferidas entre os sistemas operacional, financeiro e contábil.

Recalculamos, com base em amostragem, o saldo da provisão técnica para resgates por meio de aplicação das quotas de capitalização estabelecidas nas condições gerais de cada produto sobre as arrecadações do período, bem como da respectiva atualização monetária e juros; Analisamos a receita de arrecadação reconhecida no período, base para a constituição da provisão técnica para resgates, em comparação aos montantes apresentados nos extratos bancários; e

Testamos, com base em amostragem, a existência e exatidão dos resgates pagos mediante confronto com as informações contidas na respectiva documentação suporte e comprovantes de liquidação financeira.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício em 31 de dezembro de 2024.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

<b>KPMG</b>	KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/O-0 F SP	Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador - CRC 1SP252419/O-0
-------------	---	--

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Aclionistas Bradesco Capitalização S.A.

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **Bradesco Capitalização S.A.** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Bradesco Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

<b>pwc</b>	PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939, 12°, Torre Jatobá, Castelo Branco Office Park - Barueri - SP - Brasil 06460-040 CNPJ 02.646.397/0006-23 - CIBA 105	Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147
------------	--	---------------------------------------

